

O LIMIAR ENTRE A CASA E A CIDADE: COTIDIANO E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, GOIANIA, GO¹

JOSY DAYANNY ALVES SOUZA

Universidade Federal de Goiás | Brasil
jdgeografa@gmail.com

ANTONIO OLIVEIRA JR.

Universidade Federal de Uberlândia | Brasil
antonio.oliveira@ufu.br

RESUMO: Este artigo tem como principal objetivo desvelar o processo de segregação socioespacial instituído no Programa de Habitação de Interesse Social, na cidade de Goiânia. Buscamos, a partir de uma investigação sobre as práticas socioespaciais desenvolvidas pelos moradores na vida cotidiana, compreender as relações e articulações estabelecidas no lugar do vivido e na cidade. A casa aparece como a primeira expressão simbólica enunciada pelos moradores. A realização do sonho da casa própria representa a estabilidade, a conquista que atravessa os anos de luta, os anos de aluguel e materializa-se nessa tipologia arquitetônica. O habitar, o acesso à cidade, recebe pouca ou nenhuma expressividade por parte dos moradores entrevistados. As exceções podem ser percebidas quando as relações socioespaciais são associadas a prática do trabalho e a busca por serviços públicos e privados que não são encontrados nos Residenciais Jardins do Cerrado.

Palavras-chave: Práticas socioespaciais, cotidiano, cidade, pesquisa qualitativa

THE LIMIT BETWEEN HOME AND CITY: EVERYDAY AND SOCIAL-SPACE SEGREGATION IN THE HOUSING OF SOCIAL INTEREST, GOIANIA, GO

ABSTRACT: This article aims to reveal the process of socio-spatial segregation instituted in the Housing Program of Social Interests in the city of Goiânia. We seek, from an investigation of the socio-spatial practices developed by the residents in everyday life, to understand the relationships and articulations established in the place of life and in the city. The house appears like the first symbolic expression pronounced by the residents. The realization of the success of being the proprietor of a house represents the stability, the achievement that crosses the years of rent, the years of renting and materializing in this architectural typology. The house, the access to the city, receives the no-nonsense expression of the interviewed residents. Exceptions may be noted when socio-spatial relationships are associated with labor practice and the search for public and private services that are not found in Residential Gardens of the Cerrado.

Keyword: daily life, city, socio-spatial practices, qualitative research

EL LÍMITE ENTRE MORADIA Y CIUDAD: VIDA COTIDIANA Y DE SEGREGACIÓN SOCIOESPACIAL EN LA VIVIENDA DE INTERÉS SOCIAL, GOIANIA, GO

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo revelar el proceso de segregación socioespacial instituido en el Programa de Vivienda de Interés Social, en la ciudad de Goiânia. Buscamos, a partir de una investigación de las prácticas socio-espaciales desarrolladas por los residentes en la vida cotidiana, comprender las relaciones y articulaciones establecidas en el lugar de la vida y en la ciudad. La casa aparece como la primera expresión simbólica pronunciada por los residentes. La realización del sueño de ser propietario de una casa representa la estabilidad, el logro que atraviesa los años de lucha, los años de alquiler y se materializa en esta tipología arquitectónica. La vivienda, el acceso a la ciudad, recibe poca o ninguna expresividad de los residentes entrevistados. Se pueden notar excepciones cuando las relaciones socioespaciales están asociadas con la práctica laboral y la búsqueda de servicios públicos y privados que no se encuentran en Residenciais Jardins do Cerrado.

Palabras clave: vida cotidiana, ciudad, prácticas socioespaciales, investigación cualitativa.

¹ Este artigo é resultado de pesquisa em nível de mestrado intitulada “Segregação, Habitação Social e Práticas Socioespaciais: o mergulho no cotidiano”, desenvolvida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal – PPGE, da Universidade Federal de Uberlândia/Campus Pontal, defendida no ano de 2017.

Introdução

A cidade de Goiânia-GO, fundada na década de 1930, estabeleceu apenas no ano de 2007 um decreto direcionado para suprir demandas de moradia para população de baixa renda. O Decreto nº 514, de 09 de março de 2007 regulamenta o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social (SMHIS), o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e o Conselho Gestor do FMHIS. A partir desta regulamentação foram construídas 6.811 unidades habitacionais distribuídas entre os seguintes Residenciais: Bertim Belchior, Irisville, Buena Vista IV, Portal dos Ipês, Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, todos denominados Habitação de Interesse Social.

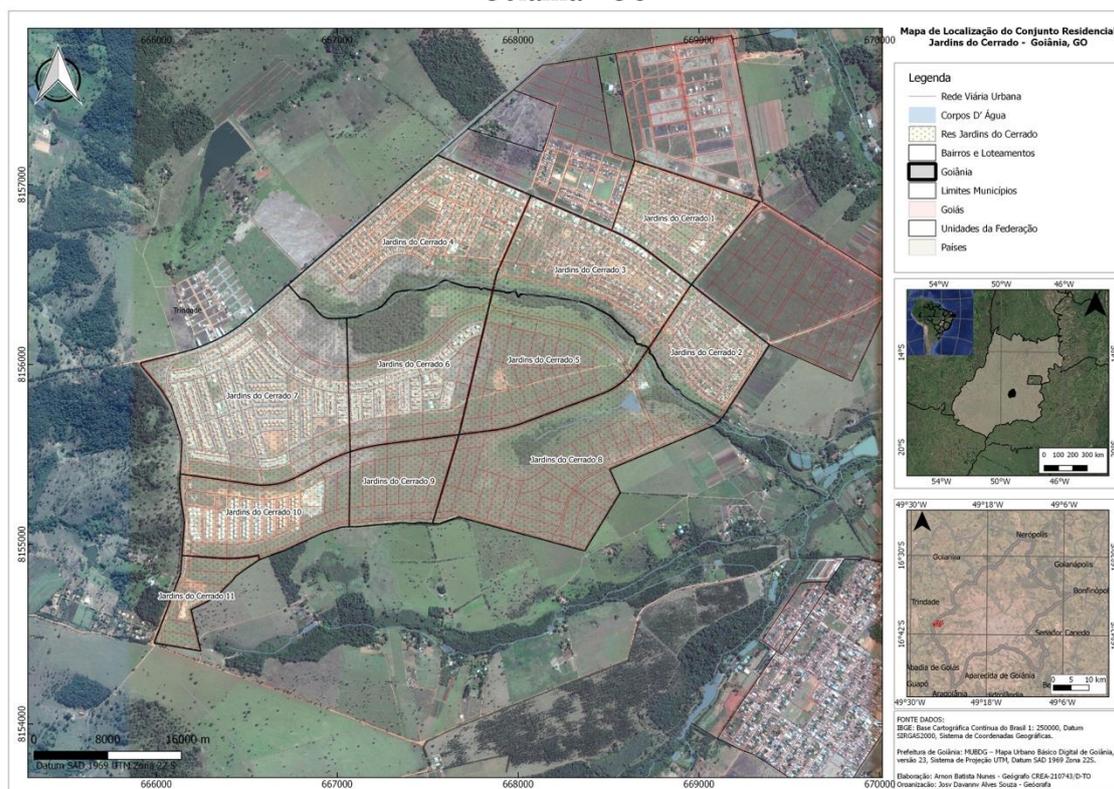
A construção de Goiânia ocorreu em período análogo ao processo de intensivo estímulo à industrialização do Brasil, a Consolidação de Leis trabalhistas (CLT) e de atuação do Estado frente à demanda habitacional para os trabalhadores, anteriormente produzida pelo setor privado. Esta atuação estatal, na questão relacionada à habitação como questão social apresentou pouca expressividade em Goiânia, pois segundo Moraes (2003) "o Estado detinha exclusividade sobre o sistema de venda de terrenos na nova capital" (MORAES, 2003, p.179). Desta forma, o controle socioespacial realizado pelo Estado mantinha sob rígido controle a produção do espaço urbano.

A produção do espaço urbano em Goiânia, a partir da construção de habitações, referenciadas como populares, não se deram sem os conflitos tão inerentes à cidade capitalista. Os marcos regulatórios instituídos pelo poder público municipal se revelaram em muitos momentos conflitantes, em relação aos interesses de produção do espaço urbano (e rural), ocasionalmente, apresentando a necessidade de serem alterados, para que pudessem subsidiar ações do Estado, dos agentes proprietários de terra e setor imobiliário.

O diálogo teórico-conceitual que permeia as reflexões sobre cidade e habitação como uma questão social, a política de habitação, a produção do espaço urbano, processos de segregação socioespacial, assim como as contribuições trazidas pelos atores sociais são basilares para compreensão da cidade. Neste sentido, a proposição de Souza (2007) torna-se oportuna, o autor sugere associar o "olhar de longe", construído a partir da elaboração teórica, ao "mergulho no cotidiano", na medida que o mergulho permite a análise e o conhecimento de práticas socioespaciais que são próprias do viver cotidiano, possibilitando a combinação de escalas de análise e de ação. Dialoga com essa perspectiva a concepção apresentada por Caldeira (2000, p. 14), de que os diferentes métodos e fontes de dados permitem o alcance de informações que estão a nível dos "macroprocessos", mas que são insuficientes para revelar como os atores sociais estão "vivendo o processo".

O caminho metodológico desenvolvido na pesquisa enunciada teve como premissa uma investigação de abordagem qualitativa, desenvolvida em duas frentes de investigação: (a) a compreensão do processo de segregação a partir de sua perspectiva teórico-conceitual; e (b) o diálogo com a investigação empírica para que pudessemos compreender como os moradores entrevistados na pesquisa viviam o processo de segregação socioespacial. Para isso, foram realizadas pesquisas bibliográficas, trabalho de campo, entrevista semi-estruturada. A abordagem empírica da pesquisa considerou como *locus* de análise do processo de segregação socioespacial os Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4 (Fig.1), localizado na região oeste de Goiânia (GO), área limítrofe ao município de Trindade (Go).

Figura 1 - Localização dos Empreendimentos Habitacionais Jardins do Cerrado I ao XI, Goiânia - GO



Organização: SOUZA, J. D. A. (2016)

Habitação como uma Questão Social: entre a Casa e a Cidade

No Brasil, a variação terminológica que classifica a moradia, ora denominada desta forma, ora como habitação, se expande a algumas adjetivações, que, ao longo da história foram classificadas como habitação social e habitação popular (Nabil Bonduki, 2011), habitação de interesse social e habitação de mercado (Política Nacional de Habitação, 2004), para citar algumas de suas variações. O processo de adjetivação, forjado nas relações político/sociais, segmentados em condições socioeconômicas, ao classificar moradia/habitação, classifica também o público alvo a que ela será destinada, e estas segmentações são evidências de outra questão: aquela que atribui as competências dos agentes sociais responsáveis pela produção da habitação e do espaço urbano.

A compreensão da habitação, como questão social, no Brasil, passa pelas contribuições trazidas por Bonduki (2011), o autor pesquisa empiricamente São Paulo, no entanto, suas análises são basilares para se pensar a habitação no âmbito nacional. A ênfase sobre moradia como uma questão social remete a atuação populista do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), que ficou conhecido como "pai dos pobres". As primeiras ações do Estado sobre a produção da moradia são de incentivo a autoconstrução em localizações periféricas, em função do preço da terra. Os gargalos desta forma de construção são materializados na cidade, as ações pontuais e de interesses particulares do Estado, a contínua atuação do agentes privados sobre os loteamentos, a ausência de infraestrutura urbana, a ineficiência do transporte coletivo, a carência/ausência de serviços públicos, continuaram a assolar as condições de vida população pobre, agravadas pelas grandes distâncias entre a localização da habitação e trabalho.

De acordo com Rodrigues (2003) os cortiços eram as principais formas de habitação no início do século XX, no Brasil, as camadas populares da sociedade geralmente viviam em casas coabitadas, com espaços destinados a várias funções, "dormitório, cozinha, refeitório, etc. Os banheiros, chuveiros, tanques e pias são coletivos" (2003, p. 46). Outra questão apontada pela autora refere-se à disseminação dos cortiços pela cidade, que geralmente estavam situados tanto em áreas centrais, como em áreas periféricas. Neste sentido, "o processo de expansão das cidades leva gradativamente à incorporação de novas áreas, à criação de novos centros, ao aparecimento de novas zonas ditas deterioradas e a modificação do uso dos imóveis" (RODRIGUES, 2003, p. 47), práticas como estas, revelam a atuação especulativa sobre a produção do espaço urbano, em que os agentes produtores ressignificam os cortiços para novos usos, reproduzindo outros cortiços pela cidade.

A travessia entre a cidade produzida por cortiços, vilas operárias, que "abriga" a massa operária, a população pobre, em áreas centrais poluídas ou periferias ausentes (ou presença precária) de infraestrutura, saneamento, educação, saúde, lazer, esporte, cultura, induz a ideia de que as primeiras ações estatais destinadas a habitação como questão social e a instituição de uma política habitacional (em tempos de ditadura militar) iriam mitigar as demandas por moradia, principalmente aquela destinada a população de baixa renda.

No debate sobre a questão da habitação na cidade contemporânea, Shimbo (2012) aborda a articulação e atuação entre agentes produtores do espaço, respaldados pelo processo de segmentação da habitação em subsistemas: Habitação de Interesse Social e Habitação de Mercado, medida implementada a partir da Política Nacional de Habitação (2004). Para além da análise teórica sobre habitação, Lúcia Shimbo, apresenta através de investigação empírica, o processo de operacionalização da articulação entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro, e revela o que denominou de "habitação social de mercado", em que apresenta a confluência de recursos de financiamento habitacional, investimentos estrangeiros, condescendência legal respaldada pelo Estado, articulação dos setores imobiliário, empresas construtoras e incorporadoras resultam na atuação do mercado sobre as camadas de média e baixa renda,

No entanto, até 2006, faltava um elemento que integrasse esse conjunto de favorecimentos à atuação privada na produção de moradias - ou "fermento que fizesse o bolo crescer". E esse elemento se referia à justificativa do porquê o mercado imobiliário financeiro precisava e deveria atuar nas faixas de renda mais baixas. Tornou-se conveniente, portanto, confundir habitação de interesse social com habitação de mercado, a fim de se contemplar o imenso déficit de moradia no país, transformado agora, em nicho de mercado, tendo em vista o volume de recursos públicos e semipúblicos disponibilizados a essas faixas de renda (SHIMBO, 2012. p. 73).

Rolnik (2015a), ao abordar a questão da moradia e da cidade, no Brasil e no mundo contemporâneo, dialoga com a confluência analisada por Shimbo (2012), e argumenta que, o período de implementação do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCV), pelo Governo Federal, no ano de 2009, estabelece o início do processo de "financeirização²" da terra e da moradia. A autora coloca em evidência o padrão histórico de atuação entre Estado e incorporação imobiliária, a medida em que o primeiro, institucionaliza marcos regulatórios e cria o sistema financeiro, o segundo, se apropria das permissividades propiciadas por legislações habitacionais e articulam a produção da habitação, seguindo regras de mercado.

No plano organizacional, o setor habitacional se estrutura a partir de relações profundamente complexas e sofisticadas, na escala da prática, essas associações influenciam

² De acordo com Rolnik (2015), o processo de financeirização ocorre a medida em que se intensifica o mercado secundário de hipotecas e o intenso investimento de fundos e de veículos financeiros.

diretamente no estoque de terras, na ampliação de ações especulativas e na influência direta no processo de produção do espaço urbano, de modo particular, àquele direcionado a habitação, em suas variadas segmentações.

Fundamentada na posição conceitual abordada por Pedrão (1989), em que a habitação refere-se a materialidade, a forma física que soluciona a demanda por moradia, percebemos que as ações desenvolvidas para solucionar tais demandas soam sempre como relativas, visto que, a mobilidade, saúde, educação, infraestrutura, atividades culturais e emprego, como condições básicas da vida, são negligenciados no cerne de resolução da demanda por moradia. Maricato (2015a) explica que o Estado reafirma seu papel decisivo neste processo,

É dele o controle do fundo público para investimentos, e cabe a ele, sob a forma de poder local, a regulamentação, controle sobre o uso e a ocupação do solo (seguindo hipoteticamente, planos e leis aprovados nos parlamentos). É, portanto, o principal intermediador na distribuição de lucros, juros, rendas e salários (direto e indireto), entre outros papéis. Há portanto, uma luta surda de apropriação dos fundos públicos, que é central para a reprodução da força de trabalho ou para a reprodução do capital. Podemos citar como exemplo importante a disputa entre investimentos para a circulação de automóveis ou investimentos para o transporte coletivo (MARICATO, 2015a, p. 25).

Os efeitos da construção "desgovernada" de habitações podem ser observados em várias cidades do Brasil, principalmente em grandes cidades. Maricato (2015a) diz que o período que sucede a criação do Ministério das Cidades, em 2003, poderia ter representado a articulação entre os setores da habitação, saneamento e transporte urbano, mas que na contramão da crise de 2008 foi consolidado pelo intenso processo especulativo imobiliário e fundiário, promovendo elevação do preço da terra e de imóveis.

Dois anos antes do lançamento do programa MCMV em 2009, o governo havia lançado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007. Se diretamente o programa não estava associado a construção das unidades habitacionais, subsidiou obras para os megaeventos¹² ocorridos no Brasil em 2014 e 2016 e removeram famílias para que estas obras fossem concretizadas. No que se refere a operacionalização do PAC, Maricato (2015a) sintetiza que o programa,

se destina a financiar a infraestrutura econômica (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e toda a infraestrutura de geração e distribuição de energia) e a infraestrutura social (água, esgoto, drenagem, destino de lixo, recursos hídricos, pavimentação). Ele federalizou o Programa de Urbanização de Favelas: finalmente o governo no Brasil reconhecia a cidade ilegal e o passivo urbano, buscando requalificar e regularizar áreas ocupadas ilegalmente. Muitos bairros pobres de um universo gigantesco passaram por projetos de recuperação urbanística, elevando a condição sanitária e de acessibilidade, entre outras (MARICATO, 2015a, p.37).

As grandes obras construídas como aparato para o desenvolvimento de megaeventos no Brasil, o quadro quantitativo de unidades habitacionais e de infraestrutura acentuaram diferentes formas socioespaciais na cidade. O que geralmente torna-se latente nesse processo são os impactos adversos que estes "grandiosos" empreendimentos provocam na vida da população, principalmente aquela adjetivada como de baixa renda e sistematizada na habitação de interesse social.

As condições adversas da mobilidade urbana levantaram um novo campo de luta na cidade. Em junho de 2013, o Movimento Passe Livre (MPL), ganha as ruas de diversas cidades brasileiras, em protesto ao aumento das tarifas do transporte coletivo. Maricato (2015a) sinaliza algumas características destes novos personagens urbanos,

Organizados em rede - negando a hierarquia e a centralização - informados, politizados persistentes (o MPL luta contra o aumento das tarifas do transporte públicos há oito anos), criativos, inovadores, bem humorados, apartidários mas não antipartidários, críticos à política institucional, formados especialmente por integrantes de classe média (mantendo, porém, forte vínculo com movimentos de periferia). Estas são algumas das características dos novíssimos personagens, grupos organizados de forma fragmentada e reunidos sob diferentes bandeiras (MARICATO, 2015a, p. 46).

O MPL é reflexo deste espaço urbano contemporâneo, "fragmentado e articulado, reflexo e condição social, um conjunto de símbolos e campo de lutas" (CORRÊA, 1989, p. 9). Se em sua gênese, coloca em evidência a questão tarifária, em toda a sua amplitude, revela que assim como a habitação é colocada como demanda social, a questão da cidade também está posta. Maricato (2015a) elucida que,

ao contrário da esquerda tradicional, os novíssimos personagens querem mudanças aqui e agora, em vez de abordagens holísticas construídas em torno das grandes reformas ou revoluções. As demandas podem ser pontuais, mas referidas a pontos estratégicos de grande impacto político e social. A recusa radical ao ajuste das tarifas está ligada a um radicalíssimo mundo sem catracas. Tarifa zero. Mobilidade total para todos. O que é mais importante na vida urbana do que ter mobilidade? Acessar a tudo que cidade oferece independentemente do local de moradia? Como abrir a caixa preta dos jurássicos sistemas de transporte de nossas metrópoles sem impactar tudo e todos na cidade? Incluindo o uso do solo, o meio ambiente, a moradia, a segregação, o exílio dos jovens da periferia, os acordos de campanha eleitoral, as "prioridades orçamentárias", o sofrimento dos que dependem desse transporte, a dominação urbana rodoviarista, imobiliária etc. etc. (MARICATO, 2015a, p. 48).

Harvey (2014) ressalta que a organização dos movimentos sociais urbanos contemporâneos reascende questões referentes aos problemas sociais agudizados na cidade contemporânea. Estes movimentos provocam o que parece ser um tipo de combustão nas cidades, que "surge basicamente das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero" (HARVEY, 2014, p. 15).

Habitação de Interesse Social em Goiânia

Do ponto de vista da atuação dos atores produtores do espaço, os movimentos sociais e o Governo de Goiás atuaram de forma incisiva sobre o processo de construção da habitação popular em Goiânia. Embora estes atores atuassem sobre diferentes ideais, geralmente, a ocupação do espaço, que nem sempre era urbano, materializava os novos bairros em áreas periféricas, sem infraestrutura, precária em serviços públicos e de transporte, produzindo segregação social e espacial na cidade e produzindo o fenômeno de conurbação. Autores como Moraes (2003), Moysés e Bernades (2005) corroboram tais questões:

A construção da Vila Mutirão foi um dos exemplos mais perfeitos de institucionalização da não inclusão social realizada em Goiânia. O Estado planeja estrategicamente a construção de uma área (na época rural) distante 12 km da cidade do plano urbanístico, [...] as casas eram intencionalmente erguidas sempre ao lado de uma rodovia, para que pudessem ficar bem visíveis aos olhos dos transeuntes. (MORAES, 2003, p 230).

Um novo ponto de conurbação está em curso: Goiânia e Goianira, em função de intervenções do governo estadual, quando se implantou, à revelia do governo municipal, a Vila Mutirão (MOYSÉS E BERNARDES, 2005, p. 178).

Em Goiânia, esses empreendimentos públicos não seguiram as exigências mínimas de boa habitabilidade, tendo sido executadas, à época de sua implantação, apenas a demarcação de lotes, a abertura de vias e a construção da rede elétrica. A complementação do sistema de redes de infra-estrutura e dos serviços urbanos foi em sua maioria, executada, mediante lutas de associações de moradores em prol da urbanização de seus bairros. É o que mostram os casos explícitos da Vila Nova (ainda nos tempos de construção de Goiânia), do Jardim Curitiba, I, II e III (década de 1980), da Fazenda São Domingos (década de 1990) e de muitos empreendimentos a nível popular (MORAES, 2003, p. 235).

A exemplo de outras metrópoles latino-americanas, Goiânia apresenta-se como uma cidade marcada pela segmentação territorial, pela desigualdade social, pela expansão desordenada e pela ampla periferia que molduram o desenho, a partir do qual linhas visíveis ou invisíveis registram o quadro de desigualdade social e da segregação. (MOYSÉS E BERNARDES (2005, p. 180).

A produção do espaço urbano em Goiânia, a partir da construção de habitações, referenciadas como populares, não se deram sem os conflitos tão inerentes à cidade capitalista. Os marcos regulatórios instituídos pelo poder público municipal se revelaram em muitos momentos conflitantes, em relação aos interesses de produção do espaço urbano (e rural), ocasionalmente, apresentando a necessidade de serem alterados, para que pudessem subsidiar ações do Estado, dos agentes proprietários de terra e setor imobiliário.

Moraes (2003) assinala que na década de 1980 havia um registro de 65.777 domicílios de aluguel em Goiânia. Em 1991, este número, praticamente, não havia sido alterado, sendo 65.463 domicílios de aluguel. Em 1980, a população de Goiânia era de 817.343 habitantes Souza (1996 *apud* OLIVEIRA, p. 145, 2005), em 1991, havia aumentado para 922.222 habitantes (CIDADES IBGE, 2017).

O relatório sobre o Déficit Habitacional Municipal no Brasil 2010 (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013) concluído e apresentado em 2013, utilizou como fonte de dados a base do Censo Demográfico do ano de 2010, neste período, havia um registro populacional de 1.302.001 mil habitantes em Goiânia (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). O relatório apresentava uma demanda de 62.398 unidades habitacionais no município de Goiânia, sendo 62.269 unidades urbanas e de 129 unidades rurais. A ausência de políticas habitacionais efetivas em Goiânia expôs o déficit habitacional praticamente inalterado, apesar de evidenciar uma população quase duas vezes maior que a década de 1980.

Os usuários da moradia, atores sociais que operam o mercado da moradia, como denomina Harvey (1980), foram fundamentais no processo de produção do espaço urbano de Goiânia, os movimentos sociais atuaram sobre duas frentes, a primeira, relacionada à luta pela moradia, esta como demanda social, que aflige a vida da população pobre e, no segundo momento, após o acesso a habitação, direcionavam as lutas para o acesso a condições básicas que compõe a vida cotidiana, mobilidade, saúde, educação, infraestrutura básica pública e privada, atividades culturais, dentre outras.

A Face da Segregação no Cotidiano

Ao assinalar o caráter multidimensional da segregação, Sposito (2013), apresenta possibilidades para se adjetivar este conceito. Diante desta perspectiva observa-se que os processos e formas socioespaciais ocorrem em diferentes escalas temporais e espaciais.

Assim como os estudos referentes a segregação residencial são amplamente disseminados, compreendemos que as cidades podem ser investigadas a partir de outras formas de adjetivação. Ao refletir sobre pontos basilares referentes ao conceito de segregação e multidimensionalidades de análise a autora alerta sobre o cuidado e a responsabilidade em tratar este conceito, neste sentido apresenta um ponto basilar para análise da segregação:

só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana (SPOSITO, 2013, p. 65).

A investigação das práticas socioespaciais na vida cotidiana, as práticas socioespaciais estabelecidas entre os moradores e a cidade se apresenta com um caminho possível para investigação e de leitura no processo de investigação da ruptura cotidiana, ou seja, da ruptura que provoca a segregação socioespacial. Neste sentido, uma proposta de investigação é apresentada por Sposito (2013), a autora argumenta que:

Para compreender o processo de segregação socioespacial é preciso sempre perguntar quem segrega para realizar seus interesses; quem a possibilita ou favorece, com normas e ações que a legalizam ou a legitimam; quem a reconhece, porque a confirma ou parece ser indiferente a ela; quem a sente, porque cotidianamente vive essa condição; quem contra ela se posiciona, lutando ou oferecendo instrumentos para sua operação; quem sequer supõe que ela possa ser superada e, desse modo, também é parte do movimento de sua reafirmação (SPOSITO, 2013, p. 67)

Algumas questões sobre o processo de segregação dificilmente serão respondidas se permanecerem "cercadas" pelos muros das Universidades e das Ciências, neste sentido, consideramos pertinente a contribuição de Souza (2013),

quando se constata que, no cotidiano, pessoas se veem como segregadas, isso, por si só, exige investigação e comprova que não se está diante simplesmente de termos técnicos importados e empregados por acadêmicos supostamente mal informados, mas, sim, de uma representação espacial digna de nota (SOUZA, 2013, p. 129).

Deste modo, quando houver vestígios (sempre relativo, visto que a segregação pode estar latente no espaço) de que o processo de segregação existe, consideramos a relevância de sua investigação, seja ele ou não compreendido conceitualmente pelos atores sociais que vivem o processo. Entre o conceito de segregação e a vida cotidiana nos deparamos com duas faces do mesmo processo.

De Certeau (2007) alude que na relação entre a cidade e as práticas cotidianas, o ato de caminhar torna-se uma forma de imprimir traços e trajetos, de maneira mais ou menos densa, no espaço. Caminhada e caminhante vão construindo trajetórias espaciais, em que as idas e vindas, o ato da improvisação vão irrompendo barreiras e projetando possibilidades de construção da prática espacial no cotidiano. O autor complementa que,

A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc., as trajetórias que "fala". Todas as modalidades entram aí em jogo, mudando a cada passo, e repartidas em proporções, em sucessões, e com intensidades que variam conforme os momentos, os percursos, os caminhantes. Indefinida diversidade dessas operações enunciadores. Não seria, portanto, possível reduzi-las ao seu traçado gráfico (DE CERTEAU, 2007, p. 179).

É no plano do vivido e a partir do lugar do vivido que são estabelecidas as práticas socioespaciais do cotidiano, a rua, o bairro e a cidade são dimensões materiais para o desenvolvimento das relações subjetivas da vida. Carlos (2001) esclarece que não é possível se apropriar integralmente de todos os espaços da metrópole, os códigos institucionais e culturais regulam e limitam usos e práticas socioespaciais. Para a autora,

Esses usos se referem a uma prática que vai em direção à segregação socioespacial, apesar de, politicamente, as estratégias de classe visarem a segregação no espaço (os elementos da vida urbana se dissociam, por exemplo, em lugares para jovens ou para adultos, para pobres ou para ricos, etc.). Isto porque se o privado se refere ao plano individual, o uso está submetido às leis de mercado, em decorrência da existência da propriedade privada, que delinea uma hierarquia socioespacial explicitada nos lugares de moradia diferenciados, delimitando o acesso pelo preço do solo urbano. O público, por sua vez, está ligado ao plano do poder do Estado e de suas estratégias, daí a existência de conflitos permeando o uso dos espaços. O bairro tem uma coerência e uma existência, e é nesse nível que o espaço e o tempo dos habitantes tomam forma e sentido (CARLOS, 2001, 221).

A vida cotidiana torna-se essa expressão do vivido, o espaço da festa (Lefebvre, 1969), o espaço da prática (De Certeau, 2007) que cria o espaço de reprodução da vida (Carlos, 2001).

Nas palavras de Carlos (2001, p. 246) "A metrópole não se explica pelo bairro, nem o papel do indivíduo na sociedade se resume aos papéis vividos no bairro, mas é possível pensá-la a partir do bairro (em sua relação com a metrópole)". O cotidiano tem papel importante nessa compreensão. Cotidiano que na metrópole não se perde em sua essência, mas se constrói e se refaz, à medida em que a produção do espaço e a reprodução das relações sociais estabelece as trajetórias socioespaciais na rua, no bairro, na cidade (ou cidades). É o homem ordinário (De Certeau, 2007) que dá sentido as narrativas da vida cotidiana.

Há uma complexidade em determinar um tempo efetivamente suficiente para conhecer o cotidiano. Não se pode afirmar que o tempo da pesquisa seja suficiente para o conhecimento das relações que tecem a vida cotidiana, contudo, as observações conjecturadas a partir do ato de caminhar pelos residenciais Jardins do Cerrado, os diálogos, as histórias ouvidas em cada ponto de ônibus e as narrativas coletadas para análise proporcionaram uma diversidade de informações que, sistematizadas, sinalizaram de modo mais e/ou menos aprofundado as relações do cotidiano entre moradores e a cidade de Goiânia, a partir do lugar de habitação.

Ao serem inquiridos sobre o viver cotidiano, percebe-se que são expostas memórias muito recentes sobre suas vivências. Os sujeitos sociais revelam na vida cotidiana as memórias mais recentes de suas experiências na casa, na rua, no bairro e na cidade. De acordo com um morador entrevistado, os rastros do cotidiano são associados ao espaço de sua casa e das relações sociais atravessadas dentro dela:

Acordo, vou fazer meu café, comida eu, como diz o outro, eu como pra viver, não vivo pra comer, né? Se a Suzana vim fazer comida eu almoço, se deixou pra janta, eu janto se eu quero, café eu levanto cedo e vou fazer, que ninguém faz pra mim, é eu mesmo que faço o cafezinho, então, "essa aqui é a neguinha, não falta na minha casa é essa aqui ó" [referindo-se a uma amiga que sempre o visita]. As pessoas que mais me consideram são as pessoas que vem aqui, as pessoas que não vem, por seus motivos não querem vir, né? Então, também não vou apelar com ninguém porque que não vai na minha casa, né? Então se vim na minha casa no dia que me dá vontade eu vou na casa dele, se não vim na minha casa também não faço questão de ir na casa deles (Marcelo, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Em outra situação, a objetividade da resposta expressa pela moradora narra a trajetória socioespacial cotidiana associada à casa ou, neste caso, às casas e ao bairro. O mapeamento tecnológico da trajetória socioespacial possivelmente contribuiria como instrumento facilitador de organização objetiva dessas práticas socioespaciais, contudo, a partir dos detalhes narrados pode-se perceber as tessituras da vida cotidiana e as relações sociais:

Vivendo no Cerrado, meu dia a dia no Cerrado [Residencial Jardins do Cerrado] é o seguinte, é do trabalho pra casa, pra casa, pro serviço de novo, daí eu cuido de três coisa, cooperativa e duas casa, né? E, ganho minha vida, né? Cooperativa, da casa dele [referência ao companheiro] e da minha casa. Então minha vida é essa, minha rotina é essa (Suzana, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 3).

A casa e o bairro projetam perspectivas de expansão de trajetórias socioespaciais em relação as diferentes áreas da cidade, possibilidades demarcadas por articulações que têm relação com a dificuldade, facilidade ou intermédio para que este acesso aconteça. O cotidiano apresentado pelo morador revela que as travessias por diversos terminais de ônibus é a realidade que articula as práticas socioespaciais do morador com a cidade. Esta não é uma particularidade dos lócus de pesquisa, tampouco dos moradores entrevistados, já que a vida cotidiana em metrópoles é demarcada pelo espaço-tempo das longas esperas e "viagens" dentro da própria cidade (ou cidades). O morador evidencia esta perspectiva, à medida em que relata as dificuldades de mobilidade:

A rotina é essa de sempre, de levantar cedo, que o meu costume desde quando nós casamos, de levantar cedo e ir comprar o pão, comprar o leite, fazer o café, quem faz o café sou eu. Aí os menino aqui, [apontando para um jovem que estava em sua casa] gosta de café, aí quando ele chega do serviço, "seu João, já fez o café"? Aí eu digo, "já tem, tem feito, só quando acontece de não tê que, que num tem jeito". Aí depois eu vô pro trabalho, por sinal, amanhã eu vô trabalhá lá no Guanabara [bairro de Goiânia], eu tô fazendo um serviço lá, é uma reforma e eu tô pintando um barracão, aí ieu vô tê que pegá o ônibus daqui, aí chego no Padre Pelágio, [terminal de ônibus] pego o eixo [rota do transporte coletivo], pa de lá, eu vô até a Praça A [terminal de ônibus], da praça A eu espero o moço lá, que vem me pegá pra me levá pro trabalho (...) sempre vai buscá lá, porque pra vim buscá aqui na porta e vim deixá gasta muita gasolina, sai caro. (João, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

O cotidiano das casas tinha cheiro e gosto de café. O café era sempre a desculpa para um bom papo. "Vamos tomar um cafezinho". Era assim todos os dias. O café dava o tom às visitas (trabalho de campo e entrevista). Representava a pausa, pois o cotidiano é cheio de pausas. São os cafés e as pausas que costuram o cotidiano. Durante o trabalho de campo, era eu mesma o cafezinho, eu mesma era a pausa: era eu a estranha a compreender o cotidiano alheio.

A rede de comércio e serviços organizada nos Residenciais Jardins do Cerrado, oferece possibilidades restritas de oportunidades de trabalho. A avenida Brasil, que atravessa os Residenciais, é onde são encontradas as principais atividades comerciais e de serviços, geralmente associadas ao ramo alimentício, farmacêutico, de construção, de distribuidoras de bebidas (e de igrejas! Todas de denominação evangélica). Por efeito destas restrições, emerge ali uma cooperativa de reciclagem, como possibilidade e oportunidade de trabalho para alguns moradores. O que a pesquisa empírica parece evidenciar é que o trabalho realizado na cooperativa ainda não é suficiente para suprir as demandas familiares, de maneira que se

percebe a partir da exposição da moradora entrevistada e do diálogo com outros cooperados, a necessidade de complementação da renda com atividade extra, geralmente associada a prestação de algum serviço:

Num tem nada lá na rua pa mim mais, acabô tudo, lá na rua tinha duas faxina num dia só, não, na semana, tinha uma num apartamento aqui, no outro aqui, quinta aqui, sexta aqui, inda olhava menino pros outros ainda, lá na rua (...) Agora não, agora eu deixei, agora meu trabalho é aqui [Jardins do Cerrado 3]. E depois tenho que fazê outas coisas, né? Vai dá tudo certo, eu quero meu comercim, vai chamar Fim de Tarde, sai da cooperativa cinco hora da tarde pá fazê aguma coisa (...) Comida, uma espécie de, dum lanche. Eu vô fazê *hot dog*, caldo de mocotó, caldo de frango, caldo de feijão, cachorro quente, assim tudo assim, de tudo um pouco (Suzana, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 3).

O transporte coletivo, principal meio de locomoção dos moradores, articula as trajetórias socioespaciais na cidade. Em alguns casos, encontramos moradores que, de posse de uma motocicleta, utilizam deste veículo para realização de atividades cotidianas, mas, de maneira geral, as práticas socioespaciais em família são articuladas utilizando o transporte coletivo. A moradora entrevistada expõe algumas dificuldades de acesso ao comércio e aos serviços nos Residenciais Jardins do Cerrado:

Eles tinha uma linha, é o 347, porque do 4 [Residencial Jardins do Cerrado 4] até o 7 [Residencial Jardins do Cerrado 7], nós não temo quase comércio, só tem um supermercado aqui que é o Sol Nascente, pra você saí daqui aonde eu moro pra ir pro outro setor, lá pro Jardim Cerrado 2 [Residencial Jardins do Cerrado 2] ou 3 [Residencial Jardins do Cerrado 3], ali tem comércio, tem casa lotérica, você tem que pegá outra linha de ônibus, porque tinha o 347 [linha de ônibus] que fazia um contorno todinho do setor, ele saia do 7 [Residencial Jardins do Cerrado 7], ou melhor ele vinha no 1 [Residencial Jardins do Cerrado 1], no 2 [Residencial Jardins do Cerrado 2], andava em todos eles até voltá ao terminal, agora não, agora só tem um, do 4 [Residencial Jardins do Cerrado 4] ao 7 [Residencial Jardins do Cerrado 7] e do 1 [Residencial Jardins do Cerrado 1] até o 3 [Residencial Jardins do Cerrado 3]. Quêr dizer, ficô muito difícil nesse sentido, se a gente quiser tem que ir po terminal ou então pagar ota passage (...) Se torna até mais fácil, vo te falá pá gente ir pa otro lugar... porque você pega um ônibus vai no centro e cê resolve tudo, porque pra você, pra você ir pro Cerrado 2 [Residencial Jardins do Cerrado 2], aonde tem comércio, aonde tem uma farmácia, onde tem um supermercado, cê tem que pegar dois ônibus, pega um daqui até a rotatória, da rotatória pega o otro, quer dizer que pra você pagar outra passagem, é difícil (Ana Maria, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 4).

As práticas socioespaciais estão no cerne das contradições da vida cotidiana. O acesso à rua, ao comércio, aos serviços, o próprio ato de entrada dentro do ônibus, detalhado de maneira tão maquinal pela moradora, passa a impressão de um sistema que opera sem os conflitos e confrontos do cotidiano. Os conflitos entre o que se vê, e as narrativas de quem vive o processo, parecem produzir controversas: os problemas existem, mas acostuma-se a esta condição. A afirmativa da moradora revela que as trajetórias relacionadas às atividades de trabalho, como ir ao banco ou para articulações comerciais, são realizadas utilizando-se o ônibus, e que este serviço atende suas necessidades. Entretanto, para os finais de semana, período geralmente destinado ao descanso, passeios e relações familiares, de lazer e diversão, os horários do transporte coletivo são reduzidos, dificultando e/ou interrompendo articulações sociais em outros bairros da cidade:

Só pra ir pra rua, pra ir pra banco, pra casa da minhas filhas, na casa das minha sobrinha, andar na rua, que eu tem que arrumar na rua as coisas, só mesmo arrumá as coisas, né? Intão ieu pego o ônibus (...) Aqui, o ônibus chegô, cê entra pra dento, mostra sua carteirinha, tem que mostrá a sua cara lá po motorista, p'le liberar a sua catraca, sua entrada. Entrô, sentei e vamo na viagem, tranquilo. Vou po Vera Cruz [terminal de ônibus] aí lá eu desço, lá pego o eixão [rota do transporte coletivo], vou pra lá ondê que tem que fazê as coisas, né? Que é ir lá pro centro, Banco Itaú, né? É isso aí. Pra ir pra Goiás [Centro de Reciclagem em Goiânia] levá a caçamba, pra pegar cheque na Goiás recicrage, [Centro de Reciclagem em Goiânia], daí eu dependo dos buzum [ônibus] mesmo, sabe? Faço essa vira volta tudo no ônibus (...) Tem muita diferença, porque no fim de semana ele demora mais, é que eu acho errado acontecê isso, porque no fim de semana o povo tem que sair, tem que passear, então es acha que não, tira os ônibus e fica mais pouco. Mas no meio da semana não, é normal, né? Então, nada a reclamar dos ônibus não (Suzana, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 3).

A exposição da moradora coloca em evidência o espaço metropolitano, à medida em que percebe em sua trajetória cotidiana as articulações com as cidades da região metropolitana de Goiânia. De maneira geral, os entrevistados associaram suas práticas socioespaciais ao espaço metropolitano. Para além do trabalho, como menciona a moradora entrevistada, o acesso ao sistema de saúde e serviços bancários aparece como principal atividade realizada pelos moradores no espaço metropolitano, principalmente o município de Trindade-Go (em função da proximidade).

A precariedade e inoperância (planejada) que dificulta e interrompe articulações da vida cotidiana incita o afrontamento e o conflito. É quando o embate se manifesta como estratégia de rearticulação de acesso e de reprodução das relações sociais inerentes à vida. A moradora, ao utilizar-se de uma metáfora, desvela, no âmago do cotidiano, as dificuldades em articular relações sociais a partir dos Residenciais Jardins do Cerrado:

A questão assim do transporte, nosso transporte, como se diz em outras palavras, cruel, o pessoal todo mundo, muitas pessoas, trabalhador, pai de família, pá pegá o ônibus de madrugada sai daqui até pos interiores mesmo, intão tinha que pegá aqui pa tê acesso ao Padre Pelágio [terminal de ônibus] ou Vera Cruz, [terminal de ônibus] mais a maioria po Padre Pelágio [terminal de ônibus] não tinha, tinha de isperá ônibus lotado, aquela bagunça, nós sofremo muito. E televisão, chamando a mídia, e povo daqui de Goiânia, eles vinham, os jornais fazia reportagem, entrevista, e com muita dificuldade mesmo, e também o povo fazia barreira, uma vez es cataram foi pneu, tacaram gasolina e fogo, num ia num voltava, quer dizer, "as veze pá ajudá atrapaia", mais se num fosse isso es num acordava (...) Então a questão é precária, tipo no tempo da caverna, hoje mudô muito, tá bem melhor, hoje tem os ônibus que vai até aqui o terminal Vera Cruz, tem que vai do Vera Cruz, já vai pro Padre Pelágio, lá do Padre Pelágio, você vai pa qualquer lugar, aqui p'os interiores. Então quer dizer, já melhorô muito, falta ainda, tem ainda a desejá? Tem! Pur quê? Porque a partir do momento que vai crescendo a população, também tem que acompanhar, cê tá intendeno? É tipo, um vai de elevador e o otro vai de escada! A população tá ino de escada, agora o que a gente ta pricisando é o elevador, então quer dizer, um não acompanho o otro, intão o ruim é isso, aumentô dimais (Júlia, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 1).

É consenso entre os moradores entrevistados que o acesso à comércios e serviços atendem as necessidades básicas do cotidiano. A Avenida Brasil, ao longo do tempo, centraliza as atividades comerciais e de serviços nos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e

4. Percebe-se na enunciação da moradora, de maneira geral, na exposição dos entrevistados, que supermercado e farmácia são os dois tipos de comércios mais utilizados por moradores. Este fato parece estar associado à questão de que nestes comércios são encontrados mais de um tipo de serviço. No supermercado é também onde se encontra o açougue, ou é lugar onde se pagam os boletos diários; a farmácia possibilita a compra do remédio, que não pôde ser conseguido no posto de saúde, mas é também onde se localiza o único Caixa Bancário 24 horas dos Residenciais, por exemplo:

Aí foi acontecendo, né? Foram construindo ali na avenida, foram arrumando, fazeno supermercado, lá pra baixo [Avenida Brasil] é tudo cômodo de comércio, né? Foi arrumando, primeiro veio, veio o Rio Jordão [supermercado], não, lá em cima, primeiro veio aquele lá de cima, aí o povo saía tudo da redondeza aqui e ia pá lá, compra lá, aí depois veio o Rio Jordão [supermercado], o povo já deixou mais o Rio Jordão [supermercado], aí já tem o São Carlos [supermercado], tem os lá em baixo da avenida, aqui ta precisando aqui é d'uma lotérica [Casa Lotérica], assim, uma lotérica [Casa Lotérica] aqui pa nós, que aquilo ali do, do Rio Jordão [supermercado], aquilo ali num é lotérica, num sei nem o que é aquilo lá (...) Nós queria assim uma lotérica separada, só lotérica mesmo, qui a gente queria pra cá, né? Mais aí o que que acontece, eis tem que, que comprar o lote e construir, né? Farmácia também tem aquela lá em cima lá, pra cá pra baixo tem três, né? Contando, tem três farmácia na avenida, né? Já tá bom. Igual aqui num tinha gás, aqui num tinha nada. Aqui tem di tudo, agora bem dizer quase completo o Cerrado (Suzana, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Em meio à vida cotidiana, a procura por itens de necessidade básica desenha as trajetórias espaciais e realidades sociais dos moradores dentro do próprio bairro. O acesso aos diversos supermercados indica o espaço do consumo, do movimento e das práticas socioespaciais, mas também revela a procura por melhores ofertas:

Eu sei o valor do meu dinheiro. Porque se eu vô aqui, o feijão aqui é quatro e cinquenta, eu saio aqui e vou lá na avenida [Avenida Brasil, Residenciais Jardins do Cerrado] e compro ele por três e oitenta... Nós foi aqui ontem, era três e noventa e nove, quatro e vinte e cinco, quatro e noventa e nove, olhei o arroz, quinze reais, quatorze e cinquenta, treze e cinquenta. Falei pra muié, "vamo descê lá no otro". Nós desceu lá em baixo, o arroz onze e cinquenta, "já tá em conta", fui olhar o feijão, achei o feijão até de dois e quarenta lá, que aqui era cinco reais (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Quando as demandas básicas, não podem ser supridas na escala do bairro, torna-se necessário expandir as ações do cotidiano para a cidade, (ou cidades), em sua forma de região metropolitana. As necessidades básicas vão sendo produzidas no dia-a-dia. A maneira como essas necessidades serão sanadas pode gerar conflitos de interesses. Para a moradora, a construção de uma Casa Lotérica separada da atividade do supermercado tornaria os Residenciais Jardins do Cerrado quase completo, no que se refere a oferta de comércios e serviços. Essa completude se esbarra na demanda de outro morador entrevistado, à medida em que nem a Casa Lotérica, tampouco o Caixa Bancário 24 horas podem suprir sua necessidade. A vida cotidiana é associada, por parte dos moradores, às necessidades de consumo, ofertadas por comércios e serviços. O morador relata que seu acesso à serviços fora dos Residenciais Jardins do Cerrado, geralmente, se limita a espera por uma "carona":

Cê quer vê uma coisa, de banco aqui não tem mesmo, né? Se precisar de dinheiro, aqui tem o caixa eletrônico ali, né? Mais eu pra te falar, pouco

tempo atrás meu benefício sacava no caixa eletrônico aí do banco Itaú, proibiram, eles mesmo, "não o senhor não pode mais, tem que tirar no caixa, diretamente no caixa" (...) Vou em Trindade [cidade que pertence a região metropolitana de Goiânia], vou no centro, aonde a pessoa achar melhor, que vai me dar carona e que me levar, qualquer lugar tem banco Itaú (Marcelo, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

A segurança é para os moradores da área pesquisada um dos problemas mais delicados e preocupantes. Os problemas mencionados são relacionados ao tráfico e consumo de drogas ilícitas, ocorrências de furtos e roubos em ruas, dentro das habitações e assassinatos, gerados a partir de conflitos entre traficantes que objetivam a demarcar territórios do tráfico e a partir de embates entre traficantes e forças policiais. Caminhando pelos Jardins do Cerrado é possível perceber vestígios de violência: ali, em meio a rua, está o carro incendiado; em seguida, horas após percorrer os residenciais para realização dos últimos registros fotográficos para a pesquisa, ouço, que por engano, um adolescente havia sido assassinado. Há um imaginário de que não se pode caminhar com tranquilidade naqueles residenciais evidencia que a violência parece ter se tornado não uma parte, mas o próprio cotidiano dos moradores. As violências seriam tão banais quanto comparar preços entre produtos nos supermercados e/ou quitar boletos na Casa Lotérica.

Os moradores abordam a temática da segurança a partir de algumas perspectivas. A primeira diz respeito ao discurso sobre a insegurança, que parece ser reforçado por relatos que compõem o cotidiano: nas conversas corriqueiras nas esperas do ponto de ônibus, nos encontros com os vizinhos, nas notícias veiculadas na mídia. Existe um discurso sobre a insegurança sendo reproduzido com significativa naturalidade. Conta-se sobre crimes, furtos e roubos, não sem o temor ou indignação que lhes são próprios, mas com uma aparente sujeição:

Era uma cidade, era um bairro dorme-dorme, o pessoal saia pra trabalhar e voltava pra poder dormir. Hoje, na realidade a metade do bairro vive refém dentro das suas casas, por que se você sair pra trabalhar quando você volta as suas coisas não tão lá. Então a falta de segurança, tirou muitos do emprego e deixou muita gente passando dificuldade por causa disso. (César, representante da Associação Habitacional)

A formas de violências, de início, observadas entre as grades e frestas, estabelecem os limites entre a casa e a rua, entre o eu e outro. O depois, assinala a invasão da violência, que ultrapassa os limites dos muros e o limiar das ruas, invade a casa. O morador expressa a ação do furto como uma prática comum à vida cotidiana, como se na esfera da casa ou da rua se convivesse com a violência. Outra moradora expressa a relação de familiaridade com as práticas dessa violência:

Josy: Sempre alguém te conta então?

Manoel: É, "eu fui assaltado no ponto de ônibus, e coisa e tal ou tava andando na rua, na esquina..." já vi assalto aqui nessa esquina aqui.

Josy: O senhor já chegou a ver?

Manoel: É, daqui do portão, daqui a gente oiano pela grade a gente via na rua ali, inclusive foi o vizinho de frente aqui que foi assaltado e tomaram o celular dele e só, mas com a gente graças a Deus não (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Aí es pula aqui e fica assim, uma perna de lá e outra de cá, oiando pra dentro e oiando pra fora. Um dia dei de cara cá poliça, já tava procurando es, mais só que es num tava aqui dentro não, es tinha fugido, acho que ela veio pra cá e ele já tinha fugido. Puque es pula mais lá, do lado de lá, mais ele pula aqui na frente também, mas aqui na frente e muito difícil, pula mais é naquele

corredô ali [apontando para o fundo da casa] (...) A matança tomém quietô mais, num ouvi dizer que açogô ninguém aqui, aí agora ficô assim, né? Tá assim mei parado, diário a gente ainda escuta tiro, escuta tiro aqui, escuta aculá (Helena, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 4).

O morador relata com uma naturalidade inquietante as cenas da violência vividas no cotidiano. Podemos perceber que a violência, antes implícita no discurso, se materializa. Insegurança que parecia distante, agora se avizinha. A violência não se limita à vizinhança, vem de lugares desconhecidos, e são manifestadas a partir da exposição do morador, por diferentes motivações:

Eu já, aqui a gente vê isso aqui é, não é novidade. Aqui, suponhamos, o vizinho desse aqui ó, esse não tá aqui morando aqui, os outros saíram e voltaram, [apontando para aos vizinhos em frente a sua casa] polícia veio buscou todo mundo, tipo dum assalto, quer dizer, um discute com o outro ali arranca um revolver, uma arma atira, né? Quer dizer, arriscando o outro atirar de lá e me acertar aqui, né? Então, isso aqui não é novidade, a gente vê isso aí (...) Faz muito tempo aqui uma moça, recebeu três facadas aí na estrada de noite, usava droga, pedra, daí, esfaqueada mesmo ela caiu na minha janela ali, meia noite, diz assim "o senhor me acode que eu tô morrendo", aí eu levantei, fui ali peguei ela, trouxe pra dentro, três buracos nas costas com a facada, mas não vi quem foi, num me interessei, tinha que fazer minha parte, né? Socorrer ela, aí trouxe ela aqui, pus os trabisseiro nas costas pra vedar o sangue, ela deitar em cima do mais macio, daí chamei a polícia, a Rotan, chamei o Corpo de Bombeiro, chamei uma ambulância também, levaram ela pro hospital. (Marcelo, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

As formas de violência, sejam no discurso e/ou a partir da sua vivência cotidiana, estabelecem normas de convivência e práticas socioespaciais. O rompimento e/ou as dificuldades encontradas para o estabelecimento das relações do dia-a-dia, das articulações que movem a vida dentro da casa, do bairro e da cidade, parecem ter sua razão de ser na insegurança, provocando a necessidade de reorganização dos rastros produzidos no cotidiano:

Eu vino de lá da igreja, eu não ento em outra rua a não ser pela avenida [Avenida Brasil]. Se for pa mim passar em ota rua que num seja a avenida, a noite, eu num passo. (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

Quando o assunto é saúde, a insatisfação é consenso. O único Posto de Saúde de Família (PSF), localizado no Residencial Jardins do Cerrado 4, oferece os atendimentos primários de saúde aos moradores dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4. As expressões ("péssima", "precária", "triste", "horrrível") são recorrentes quando serviço de saúde é colocado em pauta. Podemos observar que a insatisfação referente ao serviço de saúde pode ser justificada por diferentes problemas. O morador entrevistado relata ineficiência no processo de agendamento para consultas e atendimento exclusivo a um único morador por habitação, o que provocaria rupturas em seu acesso ao serviço de saúde. O espaço metropolitano vai se constituindo a partir de conflitos, de ambiguidades, de desarticulações, e a privação ao sistema de saúde desloca os moradores para outras áreas e outras cidades em busca do atendimento básico. A reprodução das relações que movem a vida urbana, o acesso aos serviços públicos e privados e as práticas socioespaciais vão sendo organizadas a partir de novos contornos:

Esses dias eu fui lá pa fazê ficha, porque tava minhas duas meninas que tava precisando e a mulher, aí ela "não, não, só faço pra uma", falei aí não, pra mim nem serve então não, já que eu vô tê que levá duas po otro setô [Setor Maysa, cidade de Trindade-Go] eu já levo todo mundo, aí a gente saiu daqui e vamô ali atrás da Coca-Cola [Fábrica da Coca-Cola na GO 060] (...) Se tiver duas pessoas doente, "não, cê num doece agora não, vô adoecê primeiro depois cê adoce," porque aí num tem como. Ou então cê tem que ir lá, se for quato da família que precisar de um médico tem que ir as quato segunda-feira do mês para podê marcá, cada dia marca pra um (...) Enfermeira sempre tem, agora médico tem veiz que não tem, tem veze que não tem médico, entendeu? Você vai lá num tem nada, num tem médico, aí igual esse negócio de vacina pra criança também lá, tem veze que cê vai lá e num tem, cê tem que ir noto setô pra fazê, purque num tem atendimento, num tem (Raul, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

Ao ser inquirida sobre a saúde, a resposta enfática expõe a tessitura do problema social. De maneira sistemática, a moradora narra as dificuldades e rupturas de acesso a saúde. Às segundas-feiras são reservadas ao agendamento de consultas. Durante a semana os atendimentos são realizados em sistema de rodízio. Nesse sistema, os profissionais de saúde realizam os atendimentos direcionados aos moradores específicos para os diferentes residenciais (Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4), de acordo com dia e hora marcada. As palavras da moradora revelam que, na ausência de atendimento para o dia da semana agendado, será necessário retornar ao posto de saúde na próxima segunda-feira para que a consulta seja remarcada, até que seja possível sua realização. A privação desse acesso ao serviço de saúde pode acontecer caso os moradores, incorrendo no risco da ausência de atendimento no PSF, procurem outras unidades de saúde e, ainda assim, tenham esse atendimento negado sob justificativa de que reside em outro bairro da cidade. A ausência de atendimento médico e a precariedade dos equipamentos que impossibilitam a realização de exames reorganizam as práticas socioespaciais do cotidiano dos moradores, que percorrem a cidade em busca do atendimento básico ou se sujeitam à espera "divina" para sanar problemas produzidos por homens.

A saúde daqui, eu acho péssima! Porque, dizem que tem aquele é, tem um programa, que é aquela saúde do povo [A saúde da família], é uma coisa assim, que vem aquelas moça visita a gente. Eu não vejo tanta vantagem, pelo menos pra mim, delas virem na minha casa me visitá, porquê? O que adianta cê ela fica sabendo, elas num marca uma consulta, elas num trazem o meu remédio, não renova a minha receita, eu achava que essas pessoas que fazem essas visita elas diviam beneficiar a gente, olha, eu sou hipertensa, tenho poblema de diabete, eu já tenho um controle lá, eu tenho uma ficha lá, então ela já tem que vim ciente disso que eu tenho esse poblema. Qual seria a obrigação delas, porque são várias, é uma equipe, elas tinham que vim, "olha senhora a sua receita vai vencê, ou tá vencida, a senhora quer que eu lhe ajude a renová?" Não, pra fazer isso eu tenho que ir lá saber quando que o médico vai fazê receita, que ele só vem uma vez, só faz uma vez por semana, o médico, eu tenho que deixar lá pra podê pegar, quer dizer que pra mim elas não tem beneficio nesse sentido (...) Aí cumo eu tô te falando, pra gente pega a receita, pra quem já tem o cadastro lá, você tem que deixar a receita pro médico fazer uma vez por semana, quer dizer que se teu remédio terminar hoje tú não pode chegar lá, nem que você fique a manhã toda, que não faz. Eles só faz dia de terça-feira, quando tem médico, porque quando não tem médico a gente tem que se virar pra fazer a receita, pra pega remédio do governo. Aí no caso, como eu tenho um tratamento que eu faço no Hospital das Clínica, quando eu não pego a receita aqui eu vô lá po Hospital das Clínica, pa Liga de Hipertensão, lá sim, a hora que eu chego, pelo meno pela parte da manhã, eles me dão a receita, eu só bem atendida lá, a quase vinte ano que eu tô lá (...) Pra você ter uma ideia, em relação a prevenção, por

exemplo, tem o preventivo, que todas mulheres têm que fazer, eu tô a seis anos sem fazer, porquê? Toda vez que eu chego lá tem um dia certo pra marcá, eu vô lá, seis horas da manhã, sete horas, quando eu chego nunca tem vaga. Quando tem vaga, não tem, o aparelho tá com problema, não tá esterilizado não tem medicação, não tem nada pra fazer (...) Eu mermo tô com várias receitas pra pegar chequinho [vale-exame], incaminhamento de exame, seu eu quiser eu tenho que ir po Vera Cruz, dependendo do Vera Cruz [PSF] nem todo [Vale-exame] a gente pega, porque quando a gente fala que é do Cerrado, "a tem que ir pra outro lugar". Tem muita discriminação com o Cerrado, muita! Agora aqui devido a segurança, que não tinha guarda, o postinho parece que foi roubado, assaltado lá, levarô o computadô, aí que não tinha chequinho [valeexame] mermo (...) É muito delicada a situação daqui, muito! Agora a gente não tem nem como ir pra outro lugar porque aqui eles não aceitam a gente ir pra otro lugar fazê consulta, você tem que se sujeita fica esperando por Deus (Ana Maria, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 4).

As narrativas apresentadas colocam a descoberto as dificuldades de acesso ao serviço de saúde nos Residenciais Jardins do Cerrado. A insegurança, como evidencia o morador, agrava o problema. O furto de equipamentos no PSF dificulta o atendimento por parte dos profissionais da saúde e suspende a emissão de encaminhamentos para outras unidades de saúde:

Não, tem que ir lá no centro, o posto aqui não estava funcionando, né? Que roubaram os computadores de chequinho, ladrão, rouba tudo, roubaram o posto já por duas vezes seguido (...) O prefeito não ta dando conta de trazer aí, quer dizer traiz as coisas cara, que um computador pra tirar chequinho [vale-exame] não é barato, e não é só isso aí, de filtro pra cima, de bujão de gás, de tudo eles leva, quer dizer, porque que num deixa um guarda municipal cuidando? De primeiro tinha, "mais não compensa?" Então, daí o povo que fica sem as coisas, né? Então quem quer um chequinho [vale-exame] tem que ir lá na rua, correr atrás de um chequinho (Marcelo, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Outra referência a vida cotidiana está relacionada a educação, os entrevistados relataram que após a conclusão do Ensino Fundamental, para a continuidade dos estudos faz-se necessária a busca por escolas em outros setores da cidade. O acesso à educação direcionada ao Ensino Médio esteve no cerne das dificuldades encontradas por moradores desde o início. As narrativas evidenciam que ao longo do tempo (2009-2017) a demanda dos moradores por uma Escola Estadual continua sem resposta. O conflito de interesses desvela o problema social. A ausência da escola Estadual nos Residenciais Jardins Cerrado pode impossibilitar o acesso e a continuidade dos estudos. As motivações para isso são diversas, mas a consequência é a mesma: a ruptura de acesso:

Josy: Ele estuda?

Manoel: Ele vai voltá a estudar agora esse ano que vem.

Josy: Vai estudar aqui mesmo?

Manoel: Aqui mesmo, aqui que eu digo, aqui na região, né? Por que ele vai estudar no Vera Cruz [Setor de Goiânia], porque aqui não tem escola mais pra ele.

Josy: Ele chegou a estudar lá no Vera Cruz?

Manoel: Estudou.

Josy: Aí parou?

Manoel: Parou por que eu tava fora, então não tinha como ele ir a tarde pra lá pra vim a noite sozinho, então ele parou de estudar. Mais agora que eu voltei pra casa, ele vai voltá a estudá (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Perguntados, a partir de suas primeiras impressões, sobre questões relacionadas à seu cotidiano, os moradores não mencionaram nada acerca das atividades culturais nos Residenciais Jardins do Cerrado e articulações destas práticas na cidade. As trajetórias socioespaciais, geralmente, eram associados ao trabalho, ao acesso à serviços de saúde e comércio. Agora, a questão foi indagada de maneira direta aos entrevistados. Novamente, a objetividade permeia as respostas. "Dormir", "televisão", e "igreja", são as principais atividades culturais do cotidiano. Comum é caminhar pelo Jardins do Cerrado e se deparar com suntuosas igrejas evangélicas concentradas na Avenida Brasil (avenida comercial), "igrejas-puxadinhos" dissipadas pelos residenciais, e centralizadas no Residencial Jardins do Cerrado 3, uma igreja Católica e um Centro Espírita. De maneira geral, a atividade cultural religiosa, assim com evidencia o morador, abaixo transcrito seu depoimento, emerge como prática constante na vida cotidiana dos moradores.

É que eu sempre fiz parte assim de comunidade, suponhamos se tem uma reza da igreja católica que é o que pode acontecer aqui, nas casas, eu já fui lá algumas vezes, né? Então meu filho ficava em casa deitadinho, num ia, né? Ficava dormindo e eu ia pra reza, depois tava de volta, né? Então, eu sempre, eu participei de comunidade religiosa, né? Então, tiver que falar em Deus até que eu falo, né? Mais falar mal do próximo não (Marcelo, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

Outro morador relata outra prática habitual, que são atividades culturais realizadas no espaço privado da habitação:

Televisão, um som, é isso que a gente faz (...) Pra minha felicidade, aqui dentro de casa tem, eu num preciso de mais nada, entendeu? Se eu preciso, se eu quero comê um churrasco, eu vô no açogue ali, compro a carne, nós assa aqui e come, meu filho mesmo, as vez eu falo "vô fazê um churrasco sábado, vamô fazê?" "Vamo" (Manoel, morador do Residencial Jardins do Cerrado 3).

O espaço da escola emerge como possibilidade para o desenvolvimento de atividades culturais. Como relata abaixo a moradora, as práticas esportivas e festas comemorativas são abertas aos moradores, entretanto, o que parece evidente é que são atividades direcionadas aos moradores que possuem vínculo com as atividades escolares. Quando as atividades são associadas à espaços privados, para além de reduzidas as possibilidades, os horários de funcionamento também são restritos.

É, só nas escolas por que não tem local, né? Por enquanto é só nas escolas. Ah, nos campinhos tem futebol, tem esses pessoal que joga. Mas é só dentro das escolas, tem karatê, tem judô, tem futebol (...) eles exige, o pessoal do projeto [dentro da escola] exige que a criança teja estudando, o adolescente, exige nota, é bem organizado, nesse ponto aí eles é organizado (...) As festas que tem aqui é, é só festas comemorativas, mesmo, é aberta, faiz quadrilha na rua, faiz festas nas escolas também, de quadrilha, festa da família, festas de natal, dia das crianças, coisas, festinha, coisa de criança mesmo (...) Se você quiser passear aqui tem assim, sorveteria, é, um pit dog, tem uma pastelaria, e tem a padaria, que cê pode ir tomá um lanche durante o dia. A noite só no pit dog, a pastelaria e a sorveteria, que também fecha muito cedo. Não tem nada a noite, a não ser isso. A não ser, aqui, nesse setor aqui, a não ser esses barzinho de ponto de rua aí e apastelaria ali, num tem mais nada (Julieta, moradora do Residencial Jardins do Cerrado 2).

O morador, citado abaixo, tem a preocupação de, através de esforço, projetar articulações e relações sociais na cidade. O passeio ao Horto [Lago das Rosas e Jardim

Zoológico] emerge como alternativa, contudo, é no banho na represa e na ida à pizzaria que as possibilidades são materializadas:

Aqui, aqui é meio complicado, aqui pra gente í, assim, uns tempos atrás eu peguei meus minino aqui, nós foi lá pra, po Horto [Lago das Rosas e Jardim Zoológico, localizado no setor Oeste] ali, no Zoológico, nós fomo pra lá, a gente saiu daqui e fomo pra lá, mais aí dá um trabalho, que a gente tem que pegá ônibus e tal, e minino cê sabe como que é, minino pa andá de ônibus dá trabalho (...) A gente vai uma vez no mês, passa, tem vez que passa dois mês sem ir, aí tem vez que a gente tá aqui e qué ficar mais, um pouquinho mais a vontade, ficar debaixo de uma sombra, a gente vai pra'li, tem uma represa [Área de Preservação Permanente] ali, a gente vai pra lá, aí os minino toma banho e eu também pulo dento da represa, passa umas duas horas lá e vem embora (...) Aqui dento mesmo, pra saí assim, a gente sai pra ir ali em cima, tem uma pizzaria lá, a gente ia lá, ficava lá, lá tem umas motinha, a minha menina ficava andando pra lá e pra cá, brincava lá no espacinho lá. Mais eu, rapidinho a gente vinha embora, que a gente nunca fica assim, muito tempo na rua assim, porque além de tudo é meio perigoso cê ficá até tarde na rua. Aqui é diversão mesmo é quando vai pra lá. Tem um menino meu aqui que quando ele qué, ele anda de skate, ele vai pra pista, tem uma pista lá perto do Padre Pelágio [terminal de ônibus], ele vai pra lá, aí ele, "não, pai deixa eu í", aí eu, "pode í", ele pega e vai, sempre eu deixo ele í, deixo ele um pouquinho mais à vontade, que eu sei com quem ele anda, são os minino, tudo tem responsabilidade, então eu deixo ele í, mais também vai e tem a hora de voltá, tal hora tem que tem que tá em casa (Raul, morador do Residencial Jardins do Cerrado 2).

Existe, por parte de alguns moradores, o esforço em associar vida cotidiana e atividades culturais. Não buscamos ignorar ou deslegitimar as atividades culturais narradas por moradores. Ao contrário, intentamos desvelar as dificuldades para esse acesso e, em casos mais extremos, suas rupturas. O que se percebe, no entanto, e também pode ser observado a partir da narrativa do excerto (042), é a necessidade de deslocamento para outras áreas da cidade como possibilidades e opções de acesso à atividades culturais. A resistência existe, é estratégia simbólica da vida cotidiana. O conflito acontece à medida em que o acesso emerge como possibilidades para alguns e se revela como rupturas para outros.

Últimas Considerações

Pode-se concluir que o Estado teve papel fundamental no processo de constituição da segregação socioespacial na instituição dos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4, denominado habitação de interesse social. A cidade planejada na década de 1930, controlada por ações estatais se abriu para articulações com agentes privados, respaldando tais atuações a partir da instrumentalização por vias legais, ou seja, por decretos e leis, intensificando a atuação de agentes imobiliários, proprietários de terras e financeiros.

O Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, promulgado a partir do Decreto nº 514/2007, estabeleceu que fosse viabilizado o acesso a terra urbanizada e à habitação digna para a população de baixa renda. No entanto, a investigação empírica realizada nos Residenciais Jardins do Cerrado 1, 2, 3 e 4 evidenciou o acesso a casa, o que não se caracteriza como acesso a habitação digna e a terra urbanizada. Ruas sem pavimentação, a fossa, como sistema rudimentar de coleta de esgoto, ausência de escola pública para o Ensino Médio, demonstram a desarticulação entre os níveis de gestão municipal e estadual para tornar a terra urbanizada. Habitar não significa reproduzir a vida no âmbito da casa. A escola em seu significado objetivo é representada pela infraestrutura, no entanto, subjetivamente, ela representa o acesso à educação, que neste caso, significa a ruptura de acesso à educação.

Vila, Residencial ou Setor Jardins do Cerrado, seja qual for a denominação, o empreendimento não mascara a constituição da segregação socioespacial, ao contrário, a revela em rupturas que inicialmente são produzidas no lugar do vivido, no entanto, se expande em relação à cidade. A casa! Essa aparece como a primeira expressão simbólica enunciada pelos moradores. A realização do sonho da casa própria representa a estabilidade, a conquista que atravessa os anos de luta, os anos de aluguel e materializa-se nessa tipologia arquitetônica. O habitar, o acessar a cidade, recebe pouca ou nenhuma expressão por parte dos moradores entrevistados. As exceções podem ser percebidas quando as relações socioespaciais são associadas à prática do trabalho e à busca por acesso a serviços públicos e privados que não são encontrados nos Residenciais Jardins do Cerrado. A conquista da casa própria ocorre não sem a contradição que envolve as rupturas das relações socioespaciais na cidade. A vida cotidiana, após a aquisição da casa, foi sendo constituída a partir das fronteiras materiais, aquelas produzidas pelo Estado, e a simbólica, produzida no próprio lugar do vivido. Existe por parte dos moradores um discurso associado à estigmatização de quem reside nos Residenciais Jardins do Cerrado, a marca da insegurança, interrompe relações socioespaciais entre os moradores dos próprios residenciais, o que pôde ser percebido quando os entrevistados destacam que, em um Residencial específico, a criminalidade e violência ocorrem de maneira mais intensificada. A segregação planejada pelo Estado e agentes privados revela sua primeira face: a depender do horário, rompem-se as relações socioespaciais dentro do próprio lugar do vivido. Soa implicitamente nos Residenciais um "toque de recolher" que não é sinalizado por uma lei, mas que é apreendido na medida em que os moradores narram que, após certo horário, o recomendado seria não sair de casa, e que, caso seja necessário, o trajeto seja realizado pela avenida principal, onde, até certo horário, existe um movimento de pessoas em torno de supermercados, farmácias e igrejas.

Ao investigar as práticas socioespaciais na vida cotidiana, percebe-se que as relações estabelecidas entre os moradores e a cidade, geralmente, são associadas em função das dificuldades e privações de acesso aos serviços públicos e privados no lugar do vivido. Essas relações não são associadas à possibilidade do encontro, do lazer, da diversão, da apropriação das diferentes atividades culturais, pública e privada, que a cidade oferece. Vê-se nos trajetos diários a busca pelo serviço bancário, a busca por um serviço de saúde, veja bem, a busca, não significa necessariamente o acesso ao serviço, comumente, os moradores associavam a solução de seus problemas de saúde à espera divina, o que representava a dificuldade de atendimento em outras áreas da cidade. Se existem supermercados e farmácias nos Residenciais, ainda assim, a possibilidade de encontrar melhores preços em comércios de maior porte, impulsiona os moradores ao deslocamento para outras áreas da cidade.

O limiar entre a casa e a cidade percebe-se nas práticas socioespaciais que movem a vida cotidiana, e essas são subjetivas para cada morador, cada um consome a cidade de acordo com suas necessidades e possibilidades materiais, mas também simbólicas, uma não suprime ou oprime a outra, a reprodução da vida se articula no plano do lugar e no plano da cidade. Dificultar ou limitar essas articulações produz esse rompimento, sempre relativo, entre o lugar do vivido e a cidade, no entanto, algumas marcas dessas rupturas ora mais evidentes, ora latentes no espaço, puderam ser apreendidas a partir da investigação empírica.

A pesquisa que associa escala de análise e ação é pouco disseminada dentro da Ciência Geográfica, essas primeiras impressões foram preliminares nesse percurso metodológico que se propôs ao mergulho no cotidiano, não tivemos a intenção ser um fim em si mesmo, ao contrário, buscamos romper o que Souza (2007) denominou de "metodologia limitante".

Agradecimentos

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pelos auxílios prestados.

Referências

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001. 368 p.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2007. 351 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES. **Déficit habitacional municipal no Brasil**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações, 2013. 78 p

GOIÂNIA. Decreto nº 514, de 9 de março de 2007. **Regulamenta o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social – SMHIS, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e o Conselho Gestor do FMHIS, de que trata a Lei Municipal nº 8.487, de 06 de dezembro de 2006, e dá outras providências**. Goiânia, Go, 09 de mar. de 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA 2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=520870&search=goias|goiania>>. Acesso em: 07 de abr. de 2017.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de T. C. Netto. São Paulo: Documentos, 1969. 133 p.

MORAES, L. M. **A segregação planejada: Goiânia, Brasília e Palmas**. Goiânia: Ed. da UCG, 2003. 272 p.: il.

OLIVEIRA, A. F de. A reprodução do espaço urbano de Goiânia: uma cidade para o capital, In: MOYSÉS, A. (Coord.) **Cidade, segregação urbana e planejamento**. Goiânia: Ed. da UCG, 2005. p. 127-155.

SOUZA, M. L. de. Da "diferenciação de áreas" à "diferenciação socioespacial": a "visão (apenas) de sobrevôo" como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p.101-114, 2007.

SOUZA, M. L. de. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade "empresarialista". In: VASCONCELOS, P. de. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p 127-146.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e a centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (Orgs). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. p 61-93.

VASCONCELOS, P. de. A; CORRÊA, R. L; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. 207 p.

Recebido em: 21/07/2018

Aprovado para publicação em: 26/07/2019